



COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 34.265.561/0001-34

SEDE
São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da **BMG Leasing S.A.**, controlada do Banco **BMG S.A.**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

Com 87 anos de sólida presença no mercado financeiro, Banco **BMG** oferece aos seus clientes pessoa física: cartão de crédito consignado (**BMG Card**), crédito pessoal com débito em conta (**BMG em Conta**), ambos exclusivos para aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos e crédito pessoal digital (**Lendico**). Aos clientes pessoa jurídica, oferece financiamento, prestação de serviços financeiros estruturados, instrumentos derivativos e seguro garantia para empresas de médio e

grande porte (**BMG Empresas** e **BMG Seguros**). Adicionalmente, o **BMG** disponibiliza produtos de investimento para ambos os públicos (**BMG Invest**).

As operações da **BMG Leasing** são direcionadas ao setor de transporte, através do arrendamento mercantil de veículos leves e pesados.

Em 31 de dezembro de 2017, a **BMG Leasing** registrou Lucro Líquido de R\$ 13,5 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 333 milhões, correspondendo uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido médio de 4,1%. Na mesma data, o Ativo Total atingiu R\$ 359 milhões, dos quais R\$ 303 milhões referem-se a aplicações interfinanceiras de liquidez e apenas R\$ 0,05 milhões de operações de arrendamento mercantil. A companhia não realiza novas operações de arrendamento mercantil.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, no

período findo em 30 de setembro de 2017, a **BMG Leasing**, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos a todos os diretores, funcionários e parceiros pelo empenho, e aos nossos acionistas e clientes, pelo apoio e confiança depositados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo circulante		323.717	304.294	Passivo circulante		15.681	15.983
Disponibilidades	3	475	321	Outras obrigações	11	15.681	15.983
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	298.057	281.245	Sociais e estatutárias		6.588	6.610
Operações de arrendamento mercantil	6	(33)	(49)	Fiscais e previdenciárias		7.773	7.136
Operações de arrendamento mercantil		13	8	Credores por antecipação de valor residual		1.069	1.809
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(46)	(57)	Diversas		251	428
Outros créditos	7	25.040	22.714	Passivo não circulante - Exigível a longo prazo		10.845	12.285
Outros valores e bens		178	63	Outras obrigações	11	10.845	12.285
Ativo não circulante		35.757	46.611	Fiscais e previdenciárias		616	2.289
Realizável a longo prazo		34.655	44.728	Diversas		10.229	9.996
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.502	8.239	Patrimônio Líquido	13	332.948	322.637
Títulos e valores mobiliários	5	13.311	12.085	Capital social - De domiciliados no país		260.000	260.000
Outros créditos	7	16.842	24.404	Reservas de lucros		72.950	62.651
Permanente		1.102	1.883	Ajuste de avaliação patrimonial		(2)	(14)
Imobilizado de arrendamento	9	1.102	1.677	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		359.474	350.905
Diferido	10		206				
Perdas em arrendamento a amortizar			604				
Amortização acumulada			(398)				
Total do Ativo		359.474	350.905				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Incentivos Fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	260.000	8.060	39.276	3.098	2	310.436	(16)
Ajuste de avaliação patrimonial					(16)		1.366
Reversão de dividendos propostos			1.366				(3.800)
Juros sobre capital próprio (R\$ 16,58 por lote de mil ações)							18.031
Lucro líquido do exercício							
Destinações:							
Constituição de reservas		711	10.140		(10.851)		(3.380)
Dividendos (R\$ 14,75 por lote de mil ações)					(3.380)		(3.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	260.000	8.771	50.782	3.098	(14)	322.637	12
Saldos em 31 de dezembro de 2016	260.000	8.771	50.782	3.098	(14)	322.637	12
Ajuste de avaliação patrimonial					12		(3.208)
Dividendos (R\$ 14,00 por lote de mil ações)							(3.208)
Lucro líquido do exercício							13.507
Destinações:							
Constituição de reservas		675	9.624		(10.299)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	260.000	9.446	60.406	3.098	(2)	332.948	
Saldos em 30 de junho de 2017	260.000	9.154	58.063	3.098	(5)	330.310	3
Ajuste de avaliação patrimonial					3		(3.208)
Dividendos (R\$ 14,00 por lote de mil ações)							(3.208)
Lucro líquido do semestre							5.843
Constituição de reservas		292	2.343		(2.635)		5.843
Saldos em 31 de dezembro de 2017	260.000	9.446	60.406	3.098	(2)	332.948	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A **BMG Leasing Arrendamento Mercantil S.A.** ("Instituição" ou "Leasing") possui como objetivo principal a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974, observadas as disposições legais em vigor.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação das Instituições Financeiras **BMG**. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, sendo as principais as seguintes:

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 09/02/2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN).

Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico
Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente
Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

2.1 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência do período, sendo ajustado pelas parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Leasing para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, que são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.
- Títulos disponíveis para venda - os títulos utilizados como parte da estratégia para administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda", até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos, mediante a identificação específica na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquido dos correspondentes efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento - aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

(d) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrued*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682 de 21 de setembro de 1999, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(e) Outros ativos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(f) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

(g) Investimento, Imobilizado de arrendamento e diferido

Considera os seguintes aspectos:

- O investimento em coligada no exterior está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- O imobilizado de arrendamento e o diferido estão registrados ao custo.
- A depreciação do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear a taxas aceleradas (Nota 9), de acordo com as disposições expressas nas Portarias 140/84 e 113/88 do Ministério da Fazenda.

As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo restante de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com as disposições das Portarias retromencionadas.

Contabilização, visando atender ao regime contábil de competência, da superveniência/insuficiência de depreciação, equivalente ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao efetivo valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação.

(h) Redução do valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

Para averiguar a presença de *impairment* foram observados que os ativos não apresentaram obsolescência evidente e ou danos físicos e ainda desempenho econômico menor que a expectativa indicada.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos.

(i) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(j) Operações em moeda estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio aplicável era: US\$1,00 = R\$ 3,3080 (em 31/12/2016 - US\$ 1,00 = R\$3,2591).

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.832, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429 de 11/02/2010 do BACEN:

Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 12);

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Segundo Semestre 2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		13.531	30.461	38.309
Operações de arrendamento mercantil		1.097	1.438	809
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14	12.434	29.023	37.500
Despesas da intermediação financeira		(1.110)	(1.321)	(636)
Operações de arrendamento mercantil		(1.110)	(1.321)	(636)
Resultado da intermediação financeira antes do crédito para liquidação duvidosa		12.421	29.140	37.673
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	29	3	(55)
Recuperação de crédito baixado contra prejuízo	6	61	138	195
Resultado bruto da intermediação financeira		12.511	29.281	37.813
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.328)	(4.069)	(10.187)
Despesas de pessoal		(46)	(88)	(1.855)
Outras despesas administrativas	15	(408)	(638)	(1.590)
Despesas tributárias	16	(870)	(1.677)	(1.906)
Outras receitas operacionais	17	3.410	5.393	6.199
Outras despesas operacionais	17	(3.414)	(7.059)	(11.035)
Resultado operacional		11.183	25.212	27.626
Resultado não operacional		409	381	7
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		11.592	25.593	27.633
Imposto de renda	19	(2.262)	(4.887)	(4.143)
Contribuição social	19	(1.408)	(3.511)	(3.483)
Ativo fiscal diferido		(2.076)	(3.685)	(1.346)
Participação estatutária no lucro		(3)	(3)	(630)
Lucro líquido do período		5.843	13.507	18.031
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		R\$ 58,94	R\$ 78,68	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS EM 31 DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Segundo Semestre 2017	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	5.843	13.507	18.031
Ajuste ao resultado	4.520	4.983	1.401
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29)	(3)	55
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.076	3.685	1.346
Provisão para contingências	1.751	702	
Superveniência de depreciação	722	599	
Lucro líquido ajustado	10.363	18.490	19.432
Variação de ativos e passivos			
Aplicações em depósito interfinanceiros	(9.239)		